

# Os últimos 18 meses

HELIO JAGUARIBE

O presidente Fernando Henrique Cardoso ingressa nos últimos 18 meses de seu segundo mandato em condições extremamente desfavoráveis, com uma imagem pública predominantemente negativa. Entre as causas que para tal contribuíram poder-se-iam indicar como mais relevantes as cinco seguintes: total concentração do governo no propósito de preservar o equilíbrio fiscal, com o decorrente de desatendimento de expectativas de políticos e do público relacionadas com grandes programas de desenvolvimento econômico e social e com incrementos salariais; desordenada e forte desvalorização do real, em princípios de 1999, gerando um empobrecimento geral do país, medido em termos de dólares; virulenta e bem-sucedida campanha pelo PT e forças da oposição, no sentido de aviltar a imagem do presidente, cercando o governo de acusações de improbidade e outras, que lograram grande aceitação pública, ainda que sem provas nem fundamentos; inacreditável falta da adoção de medidas oportunas, no curso dos últimos anos, para evitar a atual crise de energia elétrica; excepcional incapacidade, por parte do governo, de difundir suas realizações, desmascarar falsas acusações e punir abusos.

Ressentindo-se de uma imagem pública fortemente negativa, o governo, por sua inexplicável imprevidência, é compelido a reconhecer, em meados do corrente ano, que o país se defronta com um déficit de energia elétrica da ordem de 20% do consumo. Estritas medidas de racionamento têm de ser prontamente adotadas, com alta probabilidade de que se imponham, no curso de 2001 e de 2002, significativos cortes no suprimento de eletricidade.

A crise de energia elétrica, sobrepondo-se à imagem extremamente negativa do governo, abre as mais pessimistas perspectivas para os últimos 18 meses do mandato do presidente Cardoso. O governo se defronta com severa perda de credibilidade e de autoridade moral. Deteriorar-se-á extremamente, no curso de 2001-2002, a

já precária taxa de governabilidade do país. Multiplicar-se-ão, perigosamente, as manifestações de rebeldia política e de desacato à autoridade presidencial, ademais de grande expansão da criminalidade. Antecipar-se-á, aceleradamente, a disputa pela sucessão presidencial, com prematuras candidaturas e início de campanhas eleitorais já no segundo semestre de 2001.

Ante tal quadro, o que pode fazer o presidente Cardoso, não apenas no interesse de seu governo mas, principalmente, no do país?

O presidente se defronta com duas principais alternativas: a da contração e a da reformulação. Poderá, contritamente, entrincheirando-se no conjunto dos aspectos positivos de seu governo — muito mais numerosos do que supõe a opinião pública —, tentar revalorizá-los e, ao mesmo tempo, penitenciando-se por suas omissões em matéria de energia elétrica, empreender aceleradamente as possíveis medidas corretivas: instalação de novas linhas de transmissão de energia procedente da Argentina e do Paraguai e construção de termoeletricas de apoio. Isso reduzirá os efeitos da crise energética mas não recuperará o prestígio do governo. Mas poderá, também, sem prejuízo das medidas de emergência em matéria de energia elétrica, reformular suas políticas, mostrando como o governo, tendo saneado as finanças do país e a administração pública, criou condições para a execução de um grande programa de desenvolvimento social e econômico, e dar pronto início a tal programa.

Importa ao governo — não excluindo suas responsabilidades no que tange à crise energética — mostrar como sua imagem negativa se deve ao alto preço de popularidade em que corajosamente incorreu para sanear e modernizar o setor público. Tanto que, a despeito da presente crise, manter-se-á em nível extremamente baixo, da ordem de 6%, a taxa inflacionária do corrente exercício. Esse saneamento financeiro e

administrativo terá duplo efeito: a curto e a longo prazos. A curto prazo, permitirá ao governo, no curso dos próximos 18 meses, minorar significativamente o déficit do balanço de pagamentos, desde que seja capaz de reduzir as importações e de acelerar fortemente o incremento das exportações. A longo prazo, permitirá assegurar condições para que, no curso dos próximos 20 anos, se reduza a proporções manejáveis a dívida interna da União, liberando crescentes recursos federais, que poderão se elevar a mais de 5% do PIB, para um grande programa de desenvolvimento social e econômico-tecnológico. Um programa que poderá conduzir o Brasil a superar, definitivamente, seu subdesenvolvimento, convertendo-o numa grande e próspera democracia social.

Para este último e decisivo aspecto da questão, importa que o país adote prontamente um projeto nacional de consenso. Não se trata nem se pode tratar de um projeto partidário, de FH ou

da coligação governamental. O que importa é um projeto que seja elaborado com o conjunto apoio do governo e da oposição, por instituições superpartidárias, operando num alto nível de consenso nacional e de competência técnica. Um projeto que conduza o país, no curso das duas próximas décadas, a um desenvolvimento anual sustentável de não menos de 6%, e elimine, decisivamente, a miséria e as formas extremas de desigualdade social. Um projeto que seja efetivamente, e não retoricamente, trabalhista e socialdemocrata e inteligentemente renacionalizante.

O presidente Cardoso se defronta com uma opção decisiva, que tenderá a se definir nos próximos 90 dias. Porque, nesse curto prazo, ou dá pronto início a uma ampla reformulação de suas políticas ou, em nada fazendo, optará pelo pior.

*Deteriorar-se-á  
extremamente  
no curso de  
2001-2002 a já  
precária taxa de  
governabilidade  
do país*